

**SIMÕES, Soraya Silveira; SILVA, Hélio R. S.; MORAES, Aparecida Fonseca. (Orgs).
Prostituição e outras formas de amor.
Niterói: Editora da UFF, 2014, 552p.**

└─ MARTINHO TOTA
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de
Janeiro, Brasil

DOI 10.11606/issn.2316-9133.v24i24p575-580

Na prática da “mais antiga profissão do mundo” não há espaço para o amor, nem para qualquer tipo de afeto. Tal sentença, tão sedimentada no senso comum, não se sustenta, contudo, depois que lemos *Prostituição e outras formas de amor*, preciosa coletânea organizada por Soraya Silveira Simões, Hélio R. S. Silva e Aparecida Fonseca Moraes. Na verdade, já no início do volume os autores chamam nossa atenção para que apreendamos a prostituição em toda sua complexidade, pois esta envolve práticas, relações, desejos e valores.

O livro é subdividido em quatro partes, intituladas “Políticas: a construção dos discursos” (Parte I); “Prazeres: a construção dos sujeitos” (Parte II); “Fronteiras: prostituição e outras formas de amor” (Parte III) e “Lugares: contextos, ações e práticas situadas” (Parte IV).

No artigo que abre o livro, “O estado da saúde e a ‘doença’ das prostitutas: uma análise das representações da prostituição nos discursos do SUS e do terceiro setor” (CESAR, 2014, p. 29-56), Flavio Cesar contrapõe os discursos (re)produzidos pelos agentes do Sistema Único de Saúde (SUS) com as autorrepresentações das próprias prostitutas engajadas no movimento social, autorrepresentações essas que se chocam com discursos e representações, respaldados pelo saber biomédico, que terminam por engendrar um panorama no qual a prostituição não sobrevive a uma leitura estigmatizante, que a confinam numa moldura cujos contornos são traçados a partir de noções patologizantes.

O segundo capítulo da obra, assinado por Veronica Munk, recebeu o provocativo título de “Em breve uma Europa livre de prostituição?” (MUNK, 2014, p. 57-71). Aqui, a autora problematiza uma antiga que-rela entre “moralistas” e “abolicionistas”, isto é, entre aqueles favoráveis ao reconhecimento da prostituição como profissão regulamentada e aqueles

que se contrapõem radicalmente a tal projeto no continente europeu. Escapando a essa armadilha dicotomizante, Munk atesta uma significativa deterioração da vida de mulheres, homens e transgêneros que se prostituem no Velho Mundo. Essa deterioração pode ser facilmente notada tanto nas precárias condições de trabalho como no recrudescimento da vulnerabilidade e, conseqüentemente, no não reconhecimento dos direitos desses atores na condição de seres humanos.

Ana Paula da Silva, em “Embratur e a reprodução do ‘paraíso tropical’: corpos, natureza e turismo sexual” (SILVA, 2014, p. 73-99), investiga a produção e difusão da imagem da mulher negra ou mulata como ser particularmente sexualizado, sendo este um dos principais “produtos vendidos” para turistas estrangeiros no Brasil. Ainda que esse fenômeno tenha recebido especial incremento pela Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) a partir dos anos 1970, Silva chama a atenção para o fato de que os estereótipos eróticos/sexuais da mulher brasileira foram construídos bem antes desse período, de modo que tal problemática só pode ser compreendida acuradamente quando colocada sob uma perspectiva histórica, que contemple sua elaboração social ao longo do tempo e sua dimensão política.

Já Diana Helene, no quarto capítulo do livro, “A invenção do Jardim Itatinga: a segregação urbana da prostituição” (HELENE, 2014, p. 101-118), traz à baila a tentativa de afastar do espaço urbano as prostitutas, com a criação, em 1967, do Jardim Ipatinga, na cidade de Campinas, interior do estado de São Paulo. Nas palavras da autora, “pode-se dizer que a existência e a continuidade dessa área confinada de prostituição se devem tanto ao seu papel na manutenção das representações morais como aos laços, hábitos e costumes que foram se desenvolvendo e se fortalecendo na ‘zona’”, com suas “redes de apoio e acolhimento” e seus laços “de proximidade e contigüidade” (HELENE, 2014, p. 116).

Logo em seguida, Aparecida Fonseca Moraes, com “Corpos normalizados, corpos degradados: os direitos humanos e as classificações sobre a prostituição de adultas e jovens” (MORAES, 2014, p. 119-144), analisa a ambigüidade histórica contida nas modalidades práticas e discursivas com que a prostituição foi tratada no Brasil. Ainda em seu texto, Moraes nos brinda com a apresentação da trajetória de Gabriela Leite, expõe o engajamento de prostitutas no combate à AIDS, além de perscrutar o fator etário ao tratar das vivências de prostitutas no país.

O capítulo que encerra a Parte I do livro recebeu o título “Idealismo alemão e o corpo alienável: repensando a ‘objetificação’ no contexto do trabalho sexual” (BLANCHETTE; SILVA; CAMARGO, 2014, p. 145-181), no qual os autores evocam o discurso de feministas que, a partir da segunda metade do século XX, contrapondo-se à “pornografia”, condena-

vam a prática da prostituição, concebendo essa como modalidade “objetivadora” das mulheres engajadas no sexo comercial. Lançando mão de um trabalho de campo multissituado e de uma densa análise teórica, os autores questionam leituras simplistas a partir das quais se engendrou e foi instrumentalizada a noção de “objetificação”.

Quatro capítulos compõem a Parte II do livro. Em “Sociabilidades eróticas em contraposição: um swing à brasileira *versus* uma libertinagem à francesa” (BLANC, 2014, p. 185-210), Manuela Blanc explora espaços de sociabilidade e lazer erótico, como um clube de swing na cidade do Rio de Janeiro e uma “sauna libertina” em Paris, analisando, entre outras coisas, a equação envolvendo práticas erótico-sexuais (em suas diferenciadas e conflitivas dinâmicas) e a constituição dos sujeitos. Em seguida, Ana Paula Sales, em “Espaços de prostituição, espaços de dominação” (SALES, 2014, p. 211-235), num interessante exercício etnográfico (auto)reflexivo, ao experimentar/observar o Restaurante Granada e suas “meninas”, em Fortaleza, questiona os limites de seu conhecimento a respeito de gênero, sexualidade e prostituição. Mas a contribuição de Sales ultrapassa essa dimensão, uma vez que a autora põe em xeque a ideia, tão arraigada no senso comum e nos discursos moralizantes, de “dominação”, pois esta é, segundo a autora, contextual, podendo ser assumida tanto por homens quanto por mulheres em distintas situações e nas mais variegadas relações de poder.

A prostituição masculina é contemplada nessa coletânea por Victor Barreto, que em “As saunas masculinas – prostituição e constituição de territórios do desejo” (BARRETO, 2014, p. 237-263), a partir de pesquisa bibliográfica e trabalho de campo, analisa o espaço da “sauna para homens”, tomando como contexto etnográfico a sauna *Gemini*, na cidade do Rio de Janeiro. Aqui, o autor, lançando mão de uma descrição densa, reflete a respeito da prostituição, das interações sexuais homoeróticas, pautadas na impessoalidade, além de traçar um panorama histórico que nos permite conhecer melhor como se constituíram – dos banhos públicos às saunas – esses territórios do desejo.

Elaine Bortolanza encerra a Parte II da obra com o seu “Zonas de promiscuidade: *trottoir* do desejo sexual” (BORTOLANZA, 2014, p. 265-286). Acionando um arrojado aparato teórico e uma fina reflexão a respeito da prostituição, Bortolanza inicia seu texto questionando a tão sedimentada dicotomização entre prostituição e amor, pois, para a autora, o “*trottoir* das putas” com quem conviveu é também uma “reivindicação afetiva” (BORTOLANZA, 2014, p. 281) com a qual concorrem fantasias plurais, desejos, prazeres, batalhas e a liberdade que se manifesta, inclusive, na epiderme.

Cinco capítulos compõem a Parte III do livro. Em “As mulheres no garimpo: entre fronteiras, papéis e classificações” (TEDESCO, 2014, p. 289-318), Letícia Tedesco se dedica a uma investigação a respeito das “trajetórias de mulheres brasileiras que atravessam fronteiras espaciais para exercer atividades de trabalho em garimpos amazônicos do Brasil e de países limítrofes, como o Suriname e a Guiana Francesa” (TEDESCO, 2014, p. 289). Em seu texto, a autora analisa a relação de “amigamento” entre prostitutas e garimpeiros, além dos percursos e das histórias de vida de “mulheres transfronteiriças”.

Enquanto isso, Juliana Cavilha, em “As redes da rua: seus lugares, fluxos e itinerários” (CAVILHA, 2014, p. 319-365), investiga as redes estabelecidas entre prostitutas em Florianópolis. Para Cavilha, essas redes se configuram como uma importante organização, permitindo que a prostituição possa ter assegurados o seu lugar e a sua dinâmica como uma ocupação do setor de serviços, com seus “laços de trabalho estáveis e duráveis” (CAVILHA, 2014, p. 319) e tudo o que os envolve: hierarquias, estratificações, agrupamentos, disputas, saberes e fazeres.

Érika Pinho, Cristian Paiva e Francisca de Sousa escreveram o capítulo intitulado “Memórias de mulheres e ‘amigos’: interesse e intimidade no meretrício de Fortaleza (1960-1980)” (PINHO; PAIVA; SOUSA, 2014, p. 367-385). Empreendendo um mergulho no que um dia foi conhecido como a “Las Vegas do Ceará”, os autores trazem à tona memórias de mulheres e de seus amigos, as trocas entre eles de serviços, de afetos, presentes nos jogos envolvendo o dar, o receber e o retribuir, constitutivos de quaisquer dádivas.

A maternidade entre “mulheres prostitutas” constitui o cerne do texto de Natália Sganzella, “‘Feita só por mãe!’: sentidos de maternidade e família entre mulheres prostitutas” (SGANZELLA, 2014, p. 387-417), que, a partir de pesquisa realizada na cidade de Marília, procura escutar os sentidos que a maternidade e a família adquirem para as interlocutoras da autora. Em suas contradições insofismáveis, encontramos as vidas de mulheres “guerreiras”, as experiências de aborto e consumo de drogas, narradas por algumas delas; os sentidos que atribuem a seus corpos, ao espaço doméstico, à maternidade, às relações com namorados, clientes e “comadres”.

Adriana de Araujo Pinho, única epidemiologista entre os autores desta coletânea, traz uma importante contribuição ao conjunto da obra com o seu “A relação entre amor, afeto, sexo, dinheiro... e AIDS nos estudos sociais e epidemiológicos” (PINHO, 2014, p. 419-463) ao dialogar com pesquisadores das áreas de sociologia e antropologia – que vêm pesquisando as mais variadas modalidades de trocas econômico-sexuais, incluindo a prostituição – e ao analisar criticamente o modo pelo qual os estudos

epidemiológicos e de saúde pública têm tratado essa questão. Em linhas gerais, Pinho recomenda um diálogo mais estreito entre epidemiólogos e cientistas sociais (com as metodologias e os arcabouços teóricos comumente presentes neste terreno disciplinar), inclusive para orientar os primeiros em suas análises e intervenções como as tentativas de controle do HIV/AIDS.

A Parte IV do livro tem início com “Rua Garibaldi, 2007... gênero, eficácia e predação na atualização da ‘zona’” (OLIVAR, 2014, p. 467-497), no qual José Miguel Olivar reconstrói, a partir das narrativas de quatro mulheres prostitutas – militantes históricas do movimento das profissionais do sexo na cidade de Porto Alegre –, suas trajetórias numa arena complexa, tecida e tensionada pela violência, pela perseguição, pelo difícil diálogo com órgãos e instituições públicas, pela luta empreendida por essas mulheres em busca do seu reconhecimento como agentes humanos detentores de direitos.

Já Andreia Skackauskas, em “‘Sou filha da Pastoral, sou filha da p...’ – desigualdades, rebeldia e afetos nas relações entre prostitutas e a Pastoral da Mulher Marginalizada” (SKACKAUSKAS, 2014, p. 499-527), problematizando o debate sobre o tráfico de mulheres e de crianças – que ganhou renovado impulso na primeira década do século XXI –, investiga a relação entre prostitutas e a Pastoral da Mulher Marginalizada (PMM), organização da Igreja Católica dedicada ao “resgate de mulheres pobres, mães solteiras e/ou prostitutas” (SKACKAUSKAS, 2014, p. 501), elegendo como contexto etnográfico o Parque da Luz, na cidade de São Paulo. Em seu texto, Skackauskas, fiel a suas interlocutoras, questiona noções/práticas/retóricas vitimizantes, uma vez que os sujeitos que ocupam o trabalho da autora resistem a submeterem seus corpos, suas vidas “a qualquer tipo de instituição” cuja lógica assistencialista não leva em conta “formas diferentes de entender a justiça, as escolhas, os futuros, desejos e necessidades” (SKACKAUSKAS, 2014, p. 524) das mulheres prostitutas.

O filme etnográfico é objeto de reflexão de Laura Murray em seu “A prostituição no horário eleitoral: reflexões sobre o processo de filmar e exibir o documentário ‘Um beijo para Gabriela’” (MURRAY, 2014, p. 529-537), em que a autora discute as repercussões (polêmicas, negativas) que a produção e a exibição de um documentário (dirigido pela própria Murray) sobre Gabriela Leite, “a ativista para os direitos das prostitutas mais conhecida do Brasil” (MURRAY, 2014, p. 530), tiveram em um público estarecido com a candidatura de uma prostituta a um cargo no legislativo. Tais repercussões (“reações”), conforme observações da autora, são demonstrativas da “desconexão entre a imagem de Gabriela [em sua multiplicidade] e a expectativa que as pessoas têm de que um filme sobre uma prostituta

candidata a deputada deveria dizer e fazer” (MURRAY, 2014, p. 534). Para Murray, sua experiência ratifica o fato de que “a prostituta continua a ocupar um espaço marginal” na sociedade, e que “imagens humanizadas” de mulheres prostitutas “podem fornecer um contraponto relevante para a maioria das imagens e histórias que circulam na mídia e no cinema” (MURRAY, 2014, p. 535).

Hélio R. S. Silva, à guisa de conclusão, com “O próximo passo” (SILVA, 2014, 539-544), encerra a coletânea, convidando a nós (leitores(as), pesquisadores(as), cidadãos(ãs) de um modo geral) a percebermos a “largueza do mundo” (SILVA, 2014, p. 539), de um mundo amplo, tão amplo, onde cabemos nós, *inclusive* as prostitutas. Silva recomenda prudência às estudiosas e aos estudiosos dedicados(as) ao tema da prostituição, para que estes(as) atentem aos contextos, às falas, aos agentes, de modo a evitar generalizações ou o estreitamento de horizontes; ao mesmo tempo em que vê com otimismo os recentes avanços metodológicos, teóricos e etnográficos, os quais vêm contribuindo para “a ampliação do quadro até aqui construído” (SILVA, 2014, p. 542) e que pode ser percebida em *Prostituição e outras formas de amor*.

Sim, caro(a) leitor(a), essa coletânea trata de prostituição... e de amor... de “outras formas de amor”; trata de homens e (sobretudo) mulheres e de suas vidas, em distintas latitudes do Brasil e alhures; de suas relações, de suas lutas, de seus afetos; de trabalho, de sexo, de gênero e dinheiro. Os 19 capítulos que compõem esta obra, portanto, constituem leitura indispensável (e urgente!) para aqueles(as) dedicados(as) ao tema da prostituição, mas também para pesquisadores(as)/estudiosos(as) e cidadãos(ãs), que, não satisfeitos(as) com a estreiteza de “nossos horizontes”, se lançam na busca de apreender um mundo mais “largo”.

autor

Martinho Tota

Doutor em Antropologia Social e Pós-Doutorando em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ.

Recebido em 27/10/2015

Aceito para publicação em 11/12/2015